

BEHAVIORISMO RADICAL, REPRESENTACIONISMO E PRAGMATISMO ⁽¹⁾

EMMANUEL ZAGURY TOURINHO

Universidade Federal do Pará ⁽²⁾

O behaviorismo radical de B.F. Skinner tem sido objeto de inúmeras análises de ordem epistemológica (Cf. Abib, 1985; Burton, 1980; Flanagan Jr, 1980; Lamal, 1983; Lamal, 1984; Malone Jr, 1975; Moore, 1975; Smith, 1989; Woolfolk, 1983; Zuriff, 1980), nem sempre compatíveis umas com as outras. A possibilidade de divergência parece ter origem na complexidade e originalidade do pensamento de Skinner, mas é o resultado, também, de diferenças no referencial a partir do qual se examina sua obra, em particular no que ele determina que são os aspectos relevantes a serem considerados na avaliação dos compromissos epistemológicos de um autor. Dito isso, é necessário admitir, de imediato, que os conceitos de *representacionismo* e *pragmatismo*, a partir dos quais o behaviorismo skinneriano será aqui discutido, constituem *uma* alternativa de análise. Para ser mais fiel, uma alternativa inspirada no neopragmatismo de Richard Rorty, um filósofo americano contemporâneo. A opção por essa referência, porém, não terá sido injustificada. Ela se apoia tanto na importância das idéias de Rorty no cenário filosófico contemporâneo (Cf. Bernstein, 1983) quanto na possibilidade de, partindo de algumas de suas contribuições, colocar em evidência aspectos polêmicos do pensamento de Skinner. De certa forma, ela auxilia também na identificação dos motivos de algumas divergências na interpretação do behaviorismo radical.

Antes de entrar propriamente na discussão do behaviorismo, é indispensável, então, esclarecer brevemente o tipo de análise colocada como pertinente, quando se interpreta o histórico debate acerca da natureza e da validade do conhecimento científico em termos de uma oposição entre filosofias representacionistas e pragmatistas. Ao fazer este tipo de apresentação, torna-se inevitável citar alguns autores importantes de forma bastante resumida. Menos do que apresentar os autores citados, porém, o objetivo será ilustrar tradições divergentes de reflexão sobre a problemática do conhecimento.

⁽¹⁾ Este texto reproduz partes da Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Tourinho, 1994), elaborada sob orientação do Prof. Dr. Luis Cláudio Figueiredo.

⁽²⁾ Departamento de Psicologia Social e Escolar.

Endereço para correspondência: Travessa Mauriti, 3275/1501
Cep. 66095-360 - Belém -PA.

A TRADIÇÃO REPRESENTACIONISTA NA REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA

O pensamento representacionista se elabora a partir da crença de que é possível construir descrições do mundo que espelhem sua própria natureza, isto é, descrições que *representem a realidade* que é objeto do conhecimento, tal como ela é em si mesma, sem as limitações das inclinações pessoais ou culturais de quem pretende conhecê-la. Nesse contexto, a disciplina epistemológica apresenta-se sob a forma de uma investigação das condições sob as quais se torna possível alcançar uma correspondência entre conhecimento e realidade. É em termos dessa correspondência, também, que a *verdade* será discutida no âmbito das filosofias representacionistas, convertendo-se num atributo de asserções que estão além de meras crenças ou opiniões, e que são dotadas de valor universal e necessário. Ou seja, o caráter verdadeiro de uma asserção não se constitui no diálogo ou na argumentação; ele está dado aprioristicamente pelo atendimento aos preceitos epistemológicos, que são fiadores das condições de correspondência com a realidade. Na medida em que tais condições demarcam uma fronteira entre a representação e a ilusão, elas funcionam, ainda, como uma matriz contra a qual qualquer reivindicação a conhecimento deve ser contrastada. Desse modo, a epistemologia invoca para si a competência e a autoridade para julgar e hierarquizar as diferentes reivindicações a conhecimento elaboradas por uma cultura. No topo dessa hierarquia, localiza-se, é claro, o conhecimento científico, o único elaborado sob a disciplina do método, capaz de garantir a submissão de cada um aos ditames epistemológicos. O conceito de método, por outro lado, implica a própria separação entre sujeito e objeto do conhecimento, um distanciamento entre o ser cognoscente e a realidade cognoscível.

É a partir do século XVII que as pretensões representacionistas ganham contornos conceituais mais definidos, tornando a reflexão epistemológica um tema central para a filosofia. A noção cartesiana de *idéias claras e distintas* (Descartes, 1637/1979), bem como a distinção galileana entre *qualidades primárias* (próprias da natureza) e *qualidades secundárias* (próprias da experiência humana diante dos fenômenos do mundo) (Galilei, 1623/1987) são algumas expressões de como vai sendo elaborada uma concepção de conhecimento e de verdade estritamente baseadas no princípio da representação.

A referência a Descartes e Galileu sugere uma proximidade entre racionalismo e representacionismo, uma vez que nestes autores a razão (purificada daquilo que lhe cerceia um exercício pleno) é concebida como única via de acesso às verdades universais e necessárias (cf. Koyré, 1982, 1986). É importante observar, porém, que, do ponto de vista da noção de conhecimento como representação da realidade, as filosofias empiricistas não estão nada afastadas

de seu contraponto racionalista. Em Bacon, por exemplo, a *doutrina dos ídolos* não tem outra função senão apontar os impedimentos a serem controlados quando se pretende, através da experiência, chegar ao conhecimento da realidade tal como ela é em si mesma (cf. Bacon, 1620/1979). Por outro lado, tanto na vertente racionalista quanto na empirista observa-se o advento do conceito de método, que cumpre a função de demarcador das condições em que é possível representar a realidade e fora das quais se permanece no plano da especulação ou da ilusão.

Quando o ideal representacionista se estrutura no pensamento do século XVII, três princípios ou crenças relacionados à idéia de conhecimento objetivo estão presentes: primeiro, a distinção entre aparência e essência, correspondendo à apreensão da última o caráter de veracidade, necessidade e universalidade das leis científicas; segundo, a idéia de correspondência entre linguagem e realidade; e, terceiro, uma concepção de mente humana como responsável pela apreensão da realidade, isto é, a idéia de *mente como espelho da natureza* (cf. Rorty, 1988). Estes princípios não esgotam a discussão sobre o representacionismo, e sequer serão preservados intocados com o desenvolvimento desta tradição filosófica. De qualquer modo, passam a constituir o núcleo de uma reflexão epistemológica que exercerá profunda influência na estruturação do campo de investigações da própria Psicologia, no momento em que esta começa a constituir-se um campo do saber independente da Filosofia. As conseqüências do enraizamento daquelas crenças na cultura ocidental moderna devem ser razoavelmente conhecidas dos behavioristas radicais, sempre vistos com estranheza quando pretendem falar de conhecimento como comportamento, e sem o recurso ao conceito de mente.

As dificuldades inerentes ao ideal de conhecimento como representação exata da realidade darão origem ao surgimento tanto de posturas anti-representacionistas quanto de versões reformadas daquele mesmo ideal. Hume, por exemplo, é considerado por alguns autores (cf. Moura, 1993) um pensador que se distancia do representacionismo, ao tratar nossas asserções sobre o mundo como simples *crenças* humanas, originadas de uma experiência que se organiza na mente a partir de um *hábito*. Kant, por outro lado, é claramente um reformista. Para ele, os objetos do mundo não podem ser conhecidos em si mesmos, mas apenas enquanto objetos da experiência humana. Nesse sentido, o componente humano é indissociável do que resulta ser um conhecimento da realidade. Entretanto, Kant acredita que toda experiência pode ser submetida a condições apriorísticas que lhe conferem objetividade e universalidade. Para ele, portanto, justifica-se a existência de uma disciplina voltada para o estabelecimento dos fundamentos do conhecimento válido (cf. Bernstein, 1983). De qualquer

modo, não se trata mais de um representacionismo que postula uma correspondência pontual entre conhecimento e realidade representada.

Passando a um exemplo mais contemporâneo, Popper pode ser citado como um pensador que rejeita o *essencialismo* (a idéia de que a ciência apreende uma essência da realidade), argumentando que jamais se pode ter a certeza de ter chegado a uma descrição última da realidade. Mas defende uma *lógica da refutação*, segundo a qual apenas as descrições que se prestam a testes empírico-experimentais cruciais podem ser tidas por científicas e dotadas de um valor de verdade (cf. Popper, 1972/1980).

A referência a Kant e a Popper, apesar de insuficiente para dar conta de suas idéias, serve ao objetivo de ilustrar o que passa a caracterizar o pensamento representacionista em tempos mais recentes. Não se trata mais de acreditar que é possível chegar a uma representação exata e isenta da realidade, mas de postular a existência de critérios de valor universal e a-histórico, que devem ser incorporados por toda prática voltada para a construção do conhecimento válido, ou, de outro modo, trata-se de negar o caráter histórico-cultural dos critérios a partir dos quais as reivindicações a conhecimento são contemporaneamente julgadas em uma cultura, e de negar a possibilidade de emergência de novas práticas discursivas. Esse é o modo como Rorty (1982, 1988, 1990) vê a tradição epistemológica representacionista e nessa tradição cabem, segundo ele, todas as tentativas de *encerrar a conversação* acerca dos modos legítimos de se falar sobre a realidade.

A TRADIÇÃO PRAGMATISTA NA REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA

Nem toda crítica ao representacionismo pode ser considerada pragmatista. De um modo bastante geral, o que vai caracterizar o pragmatismo é uma concepção de conhecimento centrada no valor funcional das descrições reconhecidas como verdadeiras (e, nesse sentido, o pragmatismo é proposto como uma "teoria da verdade" - cf. James, 1907/1949). Mas também no caso do pragmatismo pode-se falar de uma mudança no eixo da argumentação. Em particular, pode-se distinguir entre um pragmatismo do final do século XIX e início do século XX, no qual o princípio da funcionalidade das descrições ocupa o centro das análises do problema do conhecimento, e um pragmatismo contemporâneo, do qual Rorty é representante, cujas propostas envolvem a afirmação de um relativismo lingüístico e cultural como inerente a qualquer sistema de crenças e de critérios para validação das reivindicações a conhecimento.

Em suas primeiras versões, o pragmatismo foi bastante influenciado pelo progresso nas ciências experimentais e pela idéia, dali derivada, de que o co-

nhecimento é produto de uma manipulação intencional de fenômenos, cujos resultados jamais podem ser interpretados em termos de uma explicação última e definitiva (ou verdadeira, no sentido cartesiano). Esse é o tom do pragmatismo de Peirce, William James e John Dewey. Para eles, tanto as descrições da natureza quanto a atividade de produzi-las devem ser interpretadas segundo seu valor instrumental. Isto é, de um lado, aponta-se para o valor funcional de uma asserção científica como aquilo que lhe confere sentido e, de outro, aborda-se a própria atividade de produção de conhecimento, enquanto dirigida para interações mais efetivas do cientista com o fenômeno de que se ocupa. Existe, nesta perspectiva de análise, uma clara influência das teses darwinianas sobre seleção natural e o caráter adaptativo dos processos biológicos, aqui aplicadas ao exame das atividades intelectuais (Cf. Murphy, 1990). Conhecer a realidade, nesta linha de raciocínio, não é representá-la, mas produzir regras de ação que propiciem interações efetivas com a mesma.

Enquanto regras de ação, as descrições científicas são mais propriamente *crenças* do que *representações da realidade*. Elas são, além disso, crenças históricas e, como tal, limitadas aos propósitos atuais dos cientistas. A possibilidade de chegar a crenças últimas e indubitáveis chega a ser cogitada por Peirce (1905/1977), que foi o fundador do pragmatismo, mas é refutada por outros pragmatistas, entre outras razões, pelo fato de que o caráter verdadeiro de uma descrição não é entendido como uma propriedade estagnada, mas como um processo, um processo de se fazer verdadeira a cada momento que dela se lança mão para interagir com uma dada realidade (cf. James, 1907/1949).

Pela óptica do pragmatista, é possível, também, elaborar uma lógica da ciência com o intuito de descrever modos bem sucedidos de gerar descrições úteis para a interação com um dado conjunto de fenômenos. Essa lógica, porém, tem meramente um caráter *descritivo*, e não *prescritivo*; ela pressupõe a possibilidade de emergência de novas formas de interação com (e de explicação da) realidade (cf. Dewey, 1938/1960).

Nas primeiras versões da filosofia pragmatista, já não faz sentido falar de conhecimento como representação, muito menos como representação de uma essência da realidade. Também perde sentido a idéia de mente como uma entidade responsável pela construção do conhecimento. Além disso, se o que confere significado a uma descrição científica é seu caráter instrumental, a idéia de correspondência formal entre linguagem científica e realidade deixa de ser colocada como um problema. É apenas na versão contemporânea do pragmatismo, porém, que a questão da linguagem passa a ser constitutiva da própria argumentação pragmatista.

Rorty (1982; 1988) lança mão das reflexões sobre a linguagem formuladas por Wittgenstein (ou melhor, pelo chamado "segundo Wittgenstein") para

postular um pragmatismo que se apresenta como crítica ao representacionismo, a partir de uma análise dos limites lingüísticos de toda descrição da realidade.

Wittgenstein (1953/1988) interpreta a linguagem não como um modo de *representação* do mundo, mas como um modo de *ação* sobre o mesmo, ou melhor, ele fala da linguagem como uma *forma de vida*. Os usos da linguagem, ou os *jogos de linguagem* (múltiplos e diversos), como Wittgenstein se refere, devem então ser examinados do ponto de vista da interação que produzem com o mundo. A funcionalidade da linguagem, por seu turno, é dependente de convenções sociais. Desse modo, o que confere significação a um uso qualquer da linguagem não é uma imagem mental, mas um conjunto de condições (abordadas por Wittgenstein a partir dos conceitos de “regras” e “gramática”) partilhadas pelos membros de uma comunidade lingüística, condições estas que são arbitrárias e sujeitas a mudanças. Existe, é claro, uma relação entre linguagem e realidade, mas não no sentido de a primeira ser determinada pela segunda. A realidade impõe limites à linguagem possível, mas não determina seus contornos atuais. Uma linguagem não pode, então, representar uma realidade tal como ela é em si mesma. Ao contrário disso, a linguagem impõe uma certa configuração à realidade, ou seja, falar de uma realidade de um modo particular é configurar esta realidade a um tipo particular de interação com a mesma.

As idéias de Wittgenstein permitem ao neopragmatismo de Rorty interpretar a ciência como um jogo de linguagem, que não está mais próximo nem mais distante da realidade, embora com ela propicie um modo particular de interação. As regras incorporadas pelo discurso científico, por outro lado, não são dotadas de um *status* que justifique serem pensadas como a-históricas e permanentemente válidas. Ao contrário, seria justificado pensar a possibilidade de novas regras ou critérios emergirem, no contexto de novas práticas discursivas que se mostrem proveitosas para as comunidades. O pragmatismo de Rorty converte-se, assim, numa crítica às tentativas de elevar um conjunto qualquer de critérios à condição de matriz para julgamento de toda reivindicação atual ou futura de conhecimento. A posição de Rorty, então, será a de uma crítica à idéia de que alguns tipos de discurso acerca da realidade são antecipadamente privilegiados, em razão de incorporarem certos preceitos ou critérios (sejam eles preceitos lógicos, metodológicos ou mesmo lingüísticos). No lugar disso, Rorty (1988) propõe que se interpretem os processos de validação das reivindicações a conhecimento como um processo *argumentativo*, indissociável da prática do diálogo e do confronto com discursos alternativos. Desse ponto de vista, afirma Rorty (1988) que

*A nossa certeza será uma questão de conversação
entre pessoas, mais do que uma matéria de interação com*

uma realidade não humana. Não veremos, assim, uma diferença de gênero entre as verdades "necessárias" e "contingentes". Quando muito, veremos diferenças em grau de dificuldade na objeção às nossas convicções. (p.128)

As soluções do pragmatismo de Rorty para os problemas originados das tradições representacionistas não deixam de ser, também, questionáveis, por exemplo, do ponto de vista do relativismo que pode ser daí derivado. Sem entrar seriamente nesta avaliação, porém, parece não ser exagero interpretar pragmatismo e representacionismo como duas facetas de uma mesma preocupação, que só adquirem sentido para o debate uma no confronto com a outra; um debate, aliás, tão antigo quanto a reflexão sobre as possibilidades do conhecimento humano e muito longe, ao que parece, de qualquer consenso.

Feitas essas considerações, parte-se, agora, para uma análise do behaviorismo radical skinneriano à luz dos problemas apontados acima.

O BEHAVIORISMO RADICAL SKINNERIANO E A PROBLEMÁTICA EPISTEMOLÓGICA A PARTIR DA OPOSIÇÃO PRAGMATISMO/ REPRESENTACIONISMO

Skinner nunca colocou a problemática do conhecimento em termos do conflito aqui referido entre representacionismo e pragmatismo; vale dizer, ele nunca pretendeu ser representacionista ou pragmatista. Não se pode, portanto, pretender "enquadrá-lo" numa dessas referências, mas apenas discutir o que poderia ser entendido como uma postura behaviorista radical diante das mesmas. Isso pode ser feito a partir de uma análise de como Skinner lida com os conceitos de conhecimento, linguagem, verdade e objetividade.

Skinner opõe-se sistematicamente à idéia de conhecimento enquanto representação mental da realidade. Conhecer, para ele, é comportar-se discriminativamente diante de estímulos, é agir, numa situação particular, de forma tal que propicie um determinado tipo de interação com o ambiente circundante. Isto significa eliminar qualquer referência a "conteúdos" ou "processos" mentais na explicação do conhecimento. Um indivíduo não conhece algo no sentido de dispor de cópias mentais com respeito ao que é conhecido, mas sim no sentido de ser capaz de interagir de forma eficaz com o ambiente a sua volta. Falar de conhecimento, nesta perspectiva, é falar de repertório comportamental, da probabilidade de um organismo comportar-se de uma dada maneira em certas situações. É apenas neste sentido, também, que se pode falar na *posse* de conhecimento; um indivíduo possui conhecimento acerca de algo se está dotado de determinado repertório comportamental com respeito a uma dada situa-

ção. Skinner (1974) ilustra esta idéia fazendo um paralelo com o repertório de um músico:

É freqüentemente útil falar de um repertório de comportamento que, como o repertório de um músico ou de um grupo de músicos, é o que uma pessoa ou grupo é capaz de fazer dadas as circunstâncias certas. O conhecimento é possuído como um repertório [comportamental] neste sentido. (p.138)

Skinner admite ainda outro sentido para o conceito de conhecimento, que não propriamente o comportamento. Em algumas circunstâncias, diz-se que um indivíduo conhece uma realidade no sentido de que ele dispõe de uma regra que permite comportar-se de forma eficaz com respeito a uma dada situação. A regra não seria exatamente o comportar-se diante daquela realidade, mas uma descrição das contingências de reforçamento nela em vigor, sob controle da qual é possível o comportamento eficaz. Isso se aplica às leis científicas, que devem ser interpretadas não do ponto de vista de uma correspondência formal com a realidade, mas em termos do comportamento que controlam e da eficácia desse comportamento na interação com um dado conjunto de problemas. O conceito de conhecimento, mesmo aqui, envolve o fenômeno comportamental. O que se pode dizer é que “nosso conhecimento é ação ou, pelo menos, regras para a ação” (Skinner, 1974, p.139). Desse modo, Skinner (1969) argumentará que

...as leis científicas também especificam ou implicam respostas e suas conseqüências. Elas não são, é claro, obedecidas pela natureza, mas por homens que lidam de forma eficaz com a natureza. A fórmula $s=1/2gt^2$ não governa o comportamento de corpos em queda, ela governa aqueles que predizem corretamente a posição de corpos em queda em momentos dados. (p.141)

Para interpretar as descrições da realidade construídas pela ciência nestes termos é necessário que se esteja operando com uma concepção não representacional da linguagem científica. E, de fato, a teoria operante do comportamento verbal que Skinner (1957) apresenta a análise da linguagem, está centrada numa interpretação funcional do fenômeno lingüístico. Uma das razões, inclusive, para que Skinner prefira falar em *comportamento verbal* e não em *linguagem* é exatamente para evitar que se interprete a chamada *competência lingüística* em termos de uma posse de significados mentais, e se pense o problema em termos de repertórios comportamentais. Trata-se, porém, de um

repertório que é função não de contingências naturais, mas de contingências dispostas por uma comunidade verbal; por outro lado, um repertório que não opera diretamente sobre o ambiente físico, mas apenas de forma mediada por outros membros da comunidade verbal. Em outras palavras, a linguagem (ou comportamento verbal) é vista como um modo de ação no mundo só possibilitado pela mediação de outras pessoas. Explicar uma instância de comportamento verbal, por outro lado, é descrever as variáveis sociais das quais é função, incluindo-se aí a mudança que a resposta produz no ambiente social com o qual o falante interage.

Na medida em que a comunidade verbal é abordada como a fonte de controle do comportamento verbal, a correspondência entre linguagem e realidade só pode ser interpretada em termos de controle de estímulos, considerando-se que a comunidade pode colocar certas respostas sob controle discriminativo de aspectos do ambiente físico com o qual ela (comunidade) e qualquer de seus membros interage. Mas isso implica uma limitação na possibilidade de correspondência, *uma limitação constituída pelas práticas da comunidade verbal*. Nenhuma resposta verbal poderá ser interpretada como guardando uma correspondência com o mundo físico que esteja para além das práticas da comunidade.

Observa-se, aqui, uma clara proximidade entre a abordagem skinneriana e as idéias de Wittgenstein, o que já foi apontado por diversos autores (cf. Bloor, 1987; Costall, 1980; Day, 1969; Waller, 1977). Apesar disso, em Skinner encontra-se uma ênfase significativa na idéia de que, em termos de ciência, a comunidade dispõe de contingências que visam colocar o comportamento do falante o mais possível sob controle das condições ambientais que constituem seu objeto de estudo. Isso é muito diferente de falar em correspondência com a realidade, mas coloca em destaque a instrumentalidade das regras científicas (entendida em termos de sua capacidade de propiciar a previsão e o controle de fenômenos) como fonte de controle do comportamento verbal científico. É possível, nesse contexto, falar de uma distinção entre o produto das práticas de uma comunidade verbal científica e o produto das práticas de uma comunidade verbal não científica, apontada por Skinner (1957) em termos de que "o comportamento verbal lógico e científico difere do comportamento verbal do leigo (e particularmente do comportamento literário) por causa da ênfase em conseqüências práticas" (p.429).

As conseqüências práticas que participam de forma especial das contingências que controlam os repertórios verbais científicos não garantem, porém, uma proximidade maior da ciência com a realidade. O próprio Skinner (1974) admite que

é um erro ... dizer que o mundo descrito pela ciência é, de alguma forma, mais próximo "do que realmente existe", mas também é um erro dizer que a experiência pessoal do artista, compositor ou poeta está mais próxima "do que realmente existe". Todo comportamento é determinado, direta ou indiretamente, por conseqüências, e os comportamentos de ambos, o cientista e o não cientista, são modelados pelo que realmente existe, mas de maneiras diferentes. (p.127)

Se esta concepção de conhecimento e de ciência aproxima Skinner das filosofias pragmatistas, mais ainda o fará sua abordagem para o problema da verdade. Novamente, a linguagem é o limite. E sendo o limite, nenhum absolutismo é possível. Diz Skinner (1974):

A veracidade de uma asserção de fato está limitada pelas fontes do comportamento do falante, o controle exercido pelo ambiente atual, os efeitos de ambientes similares no passado, os efeitos sobre o ouvinte, levando à precisão, ao exagero ou à falsificação, e assim por diante. Não há nenhuma maneira pela qual uma descrição verbal de um ambiente possa ser absolutamente verdadeira. Uma lei científica é derivada possivelmente de muitos episódios deste tipo, mas ela está similarmente limitada pelos repertórios dos cientistas envolvidos. A comunidade verbal do cientista mantém sanções especiais, num esforço para garantir validade e objetividade, mas novamente não pode haver nada absoluto. Nenhuma dedução de uma regra ou de uma lei pode, então, ser absolutamente verdadeira. A verdade absoluta pode ser encontrada, se é que pode em alguma medida, somente em regras derivadas de regras, e aqui ela é mera tautologia. (p.136, ênfase acrescentada).

Ora, além de criticar a idéia de conhecimento como representação e defender uma concepção de linguagem que enfatiza os limites sociais de toda descrição da realidade, Skinner ainda deriva disso uma concepção de verdade absolutamente diversa das pretensões representacionistas. Em poucas palavras: para Skinner, *toda verdade é contingente*, inclusive as científicas. Isso, porém, não tem sido suficiente para afastá-lo das suspeitas de uma certa adesão ao suposto representacionista de que os critérios atuais, com os quais a ciência opera na validação do conhecimento, estão acima de determinantes conjunturais. Em

parte, a desconfiança deve-se ao fato de que o tema da objetividade, tão caro ao representacionismo, não é de todo afastado por Skinner, e o diálogo nem sempre é explicitamente reconhecido como espaço de validação do conhecimento (cf. Skinner, 1987). Ao abordar essa questão, porém, será necessário colocar em discussão o próprio referencial de análise que estamos utilizando, sob pena de forçarmos um enquadramento injustificável do pensamento de Skinner.

Como assinalado antes, as práticas da comunidade verbal científica distinguem-se pela tentativa de colocar o comportamento verbal científico sob controle de aspectos do ambiente, de modo a que as descrições resultantes possam prover a capacidade de manipulação dos fenômenos. É nesses termos que Skinner abordará a objetividade da ciência e não no sentido de o discurso científico apreender uma essência da realidade inacessível a outros tipos de discurso. Skinner (1957) dirá que as contingências dispostas por uma comunidade verbal científica "funcionam para prevenir o exagero ou a subestimação, a deturpação, a mentira e a ficção" (Skinner, 1957, p.420). A objetividade resultante, porém, está associada à possibilidade e à amplitude com que uma asserção científica pode propiciar um comportamento efetivo. Em outras palavras, a objetividade está associada à noção de funcionalidade. De certa forma, sabe-se que ela é alcançada quando diferentes cientistas chegam às mesmas conclusões. Como diz Skinner (1974), "quando muitos outros cientistas chegam aos mesmos fatos ou leis, qualquer contribuição ou participação pessoal é reduzida a um mínimo" (p.145). A concordância, contudo, é apenas um indicador da objetividade do conhecimento. A objetividade em si é alcançada através de recursos que pertencem ao campo do método da ciência, e estes também se relacionam com o propósito da funcionalidade. Skinner (1974) salienta que:

A objetividade que distingue o comportamento governado por regras do comportamento gerado pela exposição direta às contingências é provida por testes de validade, prova, práticas que minimizam as influências pessoais, e outras partes do método científico. De qualquer modo, o conjunto de informações da ciência - suas tabelas de [relações] constantes, os gráficos, as equações, as leis, não tem nenhum poder por si mesmo. Ele existe somente por causa de seus efeitos sobre as pessoas. (p.144, ênfase acrescentada)

Há um sentido em que o tema da objetividade assume contornos para além da funcionalidade: quando Skinner aborda a realidade como um sistema (natural) de contingências de reforçamento (cf. Skinner, 1969). Dessa compreensão pode resultar uma interpretação de que apenas aquelas descrições

da realidade que assumem a forma de uma descrição funcional das contingências de reforçamento têm validade, no sentido de serem dotadas de um valor instrumental que propicia a previsão e o controle. Como exemplo dessa naturalização do objeto de estudo e das descrições pertinentes a uma ciência, tem-se a afirmação de Skinner (1969) de que "A questão da ciência ... é **analisar as contingências de reforçamento encontradas na natureza** e formular regras ou leis que tornam desnecessário expor-se a elas a fim de comportar-se apropriadamente". (p.166, ênfase acrescentada)

Em 1935, Skinner já havia feito considerações muito mais naturalistas sobre seu objeto de estudo e a possibilidade de conhecê-lo, ao referir-se às "linhas naturais de fratura ao longo das quais o comportamento e o ambiente de fato se fracionam" (Skinner, 1935/1961, p.347) e ao argumentar que a "análise do comportamento não é um ato de subdivisão arbitrária" (Skinner, 1935/1961, p.347).

Skinner não estaria admitindo, nesse caso, a arbitrariedade do recorte com o qual estava operando ao olhar para o seu objeto de estudo com o aparato conceitual que o configura como um sistema de contingências de reforçamento. E, desse modo, poderia estar elevando seus critérios de validação à condição de universais e necessários. Ele estaria, então, associando um pragmatismo do tipo dos primeiros pragmatistas a um representacionismo do tipo contemporâneo, que preserva a idéia de que a ciência merece *status* privilegiado em razão de incorporar preceitos que a aproximam mais da realidade ou que garantem maior objetividade do conhecimento, ainda que, por isso, se entenda instrumentalidade. *Não é possível, porém, tomar aquele tipo de afirmação de Skinner como ilustrativo de seu posicionamento "epistemológico", sem que se ignorem partes muito importantes de sua análise da problemática do conhecimento.* (E vale citar, aqui, o fato de que Skinner não recorre ao conceito de *linhas naturais de fratura* em textos posteriores). A favor de Skinner, é possível, antes de tudo, questionar as exigências impostas pelo pragmatismo de Rorty quanto à aceitação antecipada do caráter relativo dos critérios e supostos com os quais uma ciência opera. Isso pode ser possível no campo do discurso metacientífico, mas parece bastante distante das condições necessárias para a própria instauração de um programa científico de pesquisas. Recorro, a este respeito, à análise de Kuhn (1978), que está muito mais próxima de uma descrição sociológica da ciência do que de uma prescrição epistemológica para a mesma. Ao examinar a constituição de uma comunidade científica, afirma ele que

A pesquisa eficaz raramente começa antes que uma comunidade científica pense ter adquirido respostas seguras para perguntas como: quais são as entidades fundamentais que compõem o universo? como interagem

essas entidades umas com as outras e com os sentidos? que questões podem ser legitimamente feitas a respeito de tais entidades e que técnicas podem ser empregadas na busca de soluções? (Kuhn, 1978, p.23)

Em outras palavras, não haveria como evitar certas suposições ontológicas quando se está tratando da instauração de um programa de pesquisas. A instrumentalidade só pode assumir uma função reguladora uma vez colocado em curso esse programa. O caráter arbitrário daquelas suposições iniciais, por outro lado, revela-se na análise metacientífica.

Também a favor de Skinner, pode-se argumentar que, no plano da análise metacientífica, sua abordagem é funcional para o comportamento verbal e deve ser colocada em destaque (inclusive para que se compreendam suas aproximações com o positivismo de Ernst Mach - cf. Day, 1992, p.38). E, do ponto de vista desta abordagem, as práticas de uma comunidade científica devem ser entendidas como função de contingências de reforçamento, providas por uma comunidade verbal científica, e não determinadas por uma natureza última da realidade. As contingências providas pela comunidade verbal científica, por outro lado, por pertencer ao campo das práticas de uma cultura, expressam, de alguma forma, seus valores e interesses. A título de exemplo de como a análise skinneriana da ciência pode ser interpretada nestes termos, vale à pena recorrer às conclusões que Burton (1980) deriva do livro *Verbal Behavior*, de Skinner (1957). Afirma ele que:

O comportamento científico não ocorre em isolamento: ele tem seus antecedentes e seus conseqüentes. A discussão de Skinner (1957) talvez nos dê maneiras de ligar a análise do comportamento científico dos indivíduos com a análise sociológica da prática científica. Há uma comunidade verbal que exerce controle sobre o comportamento de cientistas individuais, mas aquela comunidade é um produto histórico, resultante da interação complexa de fatores econômicos e políticos, junto com influências relativamente não sociais. Segue-se que a probabilidade de um programa de pesquisas vir a existir está relacionada à formação social da sociedade na qual o cientista vive. Uma vez afirmado o núcleo do programa, ele só será adotado por um número significativo de trabalhadores sob certas condições sociais. Estes dois requisitos para a origem de um programa de pesquisas dependem dos antecedentes (em grande parte ideológicos) do comportamento dos cientistas. (Burton, 1980, p.119)

Finalmente, contra Skinner, é necessário admitir que em várias circunstâncias sua análise é contraditória (ver, por exemplo, Malone Jr., 1975; e Zuriff, 1980) e que o princípio da funcionalidade não é em si suficiente para explicar a seleção de teorias e práticas científicas, uma vez que o próprio julgamento acerca da instrumentalidade de uma reivindicação a conhecimento científico é determinado, entre outros, pela adesão a um conceito particular de instrumentalidade, que se materializa nas práticas reforçadoras da comunidade verbal científica, sob controle das quais um cientista produz conhecimento. Também, nesse aspecto, a análise de Burton (1980) é significativa. Diz ele que:

... se tivermos que rejeitar qualquer reivindicação absolutista para a ciência e usar, em vez disso, um critério de utilidade, a nossa posição também implicará um relativismo social. Isto não significa dizer que qualquer teoria é tão boa quanto uma outra, mas que [a decisão sobre] qual teoria é mais útil depende do contexto em que é usada. Idéias, regras e teorias são úteis por diferentes razões e para diferentes pessoas. (Burton, p. 119)

Como afirmado no início deste texto, esta é uma interpretação possível da posição epistemológica de Skinner. E, se ela tem pertinência, justifica que se coloque o pensamento behaviorista radical no campo oposto ao da tradição representacionista de reflexão sobre o conhecimento, a despeito de eventuais equívocos ou contradições identificáveis nos textos de Skinner, e a despeito de não ser possível caracterizá-lo como pragmatista numa perspectiva idêntica à de Rorty.

Referências Bibliográficas

- Abib, J.A.D. (1985) *Skinner, Naturalismo e Positivismo*. São Paulo: Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Bacon, F. (1979) *Novum Organum*. Em, *Bacon*. São Paulo: Abril Cultural, pp. 1-231. Publicado originalmente em 1620.
- Bernstein, R.J. (1983) *Beyond Objectivism and Relativism: Science, Hermeneutics and Praxis*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Bloor, D. (1987) *Wittgenstein: A Social Theory of Knowledge*. London: MacMillan. 1a. Reimpressão.
- Burton, M. (1980) Determinism, relativism and the behavior of scientists. *Behaviorism*, 8, 113-122.
- Costall, A. (1980) The limits of language: Wittgenstein's later philosophy and Skinner's radical behaviorism. *Behaviorism*, 8, 123-131.

- Day, W.F. (1969) On certain similarities between the Philosophical Investigations of Ludwig Wittgenstein and the operationism of B. F. Skinner. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 12, 489-506.
- Day, W.F. (1992) The historical antecedents of contemporary behaviorism. Em, S. Leigland (Org.) *Radical Behaviorism: Willard Day on Psychology and Philosophy*. Reno, Nevada: Context Press, pp. 13-58.
- Descartes, R. (1979) Discurso do Método. Em, *Descartes*. São Paulo: Abril Cultural, pp. 25-71. Publicado originalmente em 1637.
- Dewey, J. (1960) *Logic, The Theory of Inquiry*. New York: Holt, Rinehart and Wiston. Publicado originalmente em 1938.
- Flanagan Jr., O.J. (1980) Skinnerian metaphysics and the problem of operationism. *Behaviorism*, 8 (1), 1-13.
- Galilei, G. (1987) O Ensaíador. Em, *Galileu/Newton*. São Paulo: Nova Cultural, pp. 1-140. Publicado originalmente em 1623.
- James, W. (1949) Pragmatism: A new name for some old ways of thinking. Em, W. James *Pragmatism: A New Name for Some Old Ways of Thinking / Four Related Essays Selected from "The Meaning of Truth"*. New York/London/Toronto: Longmans, Gren and Co., pp. VI-301. Publicado originalmente em 1907.
- Koyré, A. (1982) *Estudos de História do Pensamento Científico*. Rio de Janeiro/Brasília: Forense Universitária/ Editora da Universidade de Brasília.
- Koyré, A. (1986) *Considerações sobre Descartes*. Lisboa: Editorial Presença.
- Kuhn, T.S. (1978) *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Lamal, P.A. (1983) A cogent critique of epistemology leaves radical behaviorism unscathed. *Behaviorism*, 11, 103-109.
- Lamal, P.A. (1984) Getting it right: A reply to Woolfolk. *Behaviorism*, 12, 97-98.
- Malone Jr., J.C. (1975) William James and B. F. Skinner: Behaviorism, reinforcement, and interest. *Behaviorism*, 3, 140-151.
- Moore, J. (1975) On the principle of operationism in a science of behavior. *Behaviorism*, 3, 120-138.
- Moura, C.A.R. (1993) D. Hume para além da epistemologia. *Discurso*, 20, 99-113.
- Murphy, J.P. (1990) *Pragmatism: from Peirce to Davidson*. Boulder/San Francisco/Oxford: Westview Press.
- Peirce, C.S. (1977) O que é Pragmatismo. Em, C.S. Peirce *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva. Publicado originalmente em 1905.
- Popper, K.R. (1980) Três Concepções acerca do Conhecimento Humano. Em, K.R. Popper. São Paulo: Abril Cultural, pp. 125-151. Publicado originalmente em 1972.
- Rorty, R. (1982) *Consequences of Pragmatism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Rorty, R. (1988) *A Filosofia e o Espelho da Natureza*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- Rorty, R. (1990) Pragmatism as anti-representationalism. Em, J.P. Murphy (Org.) *Pragmatism: From Peirce to Davidson*. Boulder/San Francisco/Oxford: Westview Press.
- Skinner, B.F. (1957) *Verbal Behavior*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.

- Skinner, B.F. (1961) The generic nature of the concepts of stimulus and response. Em, B.F. Skinner *Cumulative Record - Enlarged Edition*. New York: Appleton-Century-Crofts. Publicado originalmente em 1935.
- Skinner, B.F. (1969) *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B.F. (1974) *About Behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B.F. (1987) Controversy? Em, S. Modgil e C. Modgil (Orgs.) *B. F. Skinner: Consensus and Controversy*. Philadelphia: Falmer Press.
- Smith, L.D. (1989) *Behaviorism and Logical Positivism*. Stanford: Stanford University Press.
- Tourinho, E.Z. (1994) *Behaviorismo Radical, Representacionismo e Pragmatismo: Uma Discussão Epistemológica do Pensamento de B. F. Skinner*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Waller, B. (1977) Chomsky, Wittgenstein and the behaviorist perspective on language. *Behaviorism*, 5, 43-59.
- Wittgenstein, L. (1988) *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell. Publicado originalmente em 1953.
- Woolfolk, R.L. (1983) Behaviorism, Rorty, and the end of epistemology. *Behaviorism*, 11, 111-113.
- Zuriff, G.E. (1980) Radical behaviorist epistemology. *Psychological Bulletin*, 87(2), 337-350.